



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681219 - SP (2021/0225415-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FRANCIANE DE FATIMA MARQUES - SP100729
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DENISE APARECIDA NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DENISE APARECIDA NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0013961-84.2020.8.26.0041).

A paciente cumpre pena de 3 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão pela prática do crime de roubo majorado pelo concurso de agentes.

Em 4/9/2020, foi concedido o livramento condicional à paciente. Em julgamento do agravo interposto, o TJSP deu provimento ao recurso ministerial, em 1º/6/2021, determinando o retorno da paciente ao regime fechado, para a realização de exame criminológico, por entender que o requisito legal subjetivo não ficou comprovado, já tendo sido expedido mandado de prisão.

A impetrante sustenta que o acórdão merece ser cassado, pois a paciente foi beneficiada com livramento condicional em setembro de 2020. Ressalta que, desde então, a reeducanda, ora paciente, não praticou qualquer crime. Alega, ainda, que “em meio à pandemia causada pela covid-19 e aliada à superlotação dos presídios paulistas, não havia razão para haver modificação da r. decisão e determinar-se a prisão para exame criminológico”.

Requer seja concedida a ordem para que seja cassado o acórdão emanado pelo TJSP, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau de jurisdição que concedeu o livramento condicional, independentemente da realização de exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente